

'Boiada' passa em projeto de complexo termoeletrico na Baía de Sepetiba (RJ) licenciado sem estudo ambiental

Com tecnologia inédita no país, navios-usina foram contratados pela Aneel para fornecimento de energia sob custo bilionário

Lucas Altino

15/03/2022 - 13:55 / Atualizado em 16/03/2022 - 16:18



Complexo será feito próximo à Ilha da Madeira, em Sepetiba Foto: Márcio Alves / Agência O Globo

[Newsletters](#)

O projeto de um complexo de usina termoeletrica na Baía de Sepetiba vem gerando críticas e preocupação entre ambientalistas e pescadores porque o licenciamento da primeira fase da obra foi concedido mesmo sem a realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). A situação fere obrigações legais e até o próprio entendimento do corpo técnico do Inea, responsável pela autorização, que classificou o empreendimento, durante o processo de análise, como sendo de

"impacto significativo" e de "potencial poluidor alto". Isso quer dizer, dentre outros fatores, que pode afetar a vida marinha, como as espécies dos botos-cinza, ameaçados de extinção, e os manguezais, que serão suprimidos.

O complexo fornecerá energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), resultado de um leilão emergencial federal, promovido pela Aneel em outubro do ano passado, em decorrência da crise hídrica brasileira, e pode render cerca de R\$3 bilhões por ano pela compra da energia.

Rejeitada na África do Sul por problemas ambientais

Fundada em 2010, na Turquia, a Kapowership baseia suas operações principalmente na Ásia e África, em países como Iraque, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Senegal, Indonésia, Líbano e Moçambique. Nas Américas, ela está presente apenas em Cuba . Sua operação consiste na produção de energia através de navios-usinas a gás, que são ligados por linhas de transmissão até, nesse caso, o Sistema Integrado Nacional. No ano passado, a Kapowership venceu um leilão semelhante na África do Sul, mas seu projeto foi rejeitado devido, justamente, às exigências ambientais.

Pelo projeto apresentado para a Baía de Sepetiba, a Kapowerhip instalará quatro navios desse tipo próximos à Ilha da Madeira, em Itaboraí, mais 14,7 quilômetros de linhas de transmissão e 36 torres, sendo 7 no espelho d'água. A capacidade de produção da usina será de 560 megawatts (MW), e o contrato prevê fornecimento de energia

por 44 meses, o que pode render até R\$3 bilhões de receitas anuais para a empresa.

Por ser um contrato federal, o Ibama deveria, originalmente, licenciar o empreendimento. Mas, no dia 22 de fevereiro, foi publicado a delegação do Ibama para que o Inea realizasse os devidos licenciamentos ambientais. No último dia 8, portanto apenas duas semanas após o convênio, a Kapowership conseguiu a Licença Ambiental Integrada (LAI) para a construção das linhas e torres de transmissão. Agora restaria o licenciamento dos navios-usina, pois a empresa decidiu segmentar o processo de licença.



Esboço do traçado da linha de transmissão do projeto Foto: Reprodução

A agilidade e a simplificação do licenciamento vêm chamando atenção de especialistas e até de técnicos do Inea. Por se tratar de um empreendimento de grande porte, o correto seria a exigência de um EIA-Rima, inclusive por questões legais. Segundo a legislação

estadual, qualquer usina que tenha geração de energia acima de 10 MW já precisa apresentar EIA-Rima. A mesma obrigatoriedade está presente na resolução 1/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Ademais, a Lei da Mata Atlântica, também federal, cita as exigências para o caso de supressão de áreas de restinga, mata atlântica ou de mangue, que será o caso desse empreendimento.

'Desastre ecológico'

Ainda assim, o projeto — que foi decretado como "estratégico" pelo governador Claudio Castro, no final de dezembro, o que garante agilidade na sua tramitação, apesar de um decreto estadual de 2019 definir que apenas empreendimentos de "positivo impacto ambiental" poderiam ser classificados como estratégicos — foi licenciado sem a exigência de EIA-Rima. Ao Inea, a empresa alegou que, por ser uma tecnologia nova, não há legislação específica ou tradição de licenciamento para esse tipo de operação.

— É um desastre ecológico. São muitos fatores que justificariam, no mínimo, um estudo muito aprofundado — afirma Leonardo Flach, presidente do Instituto Boto Cinza, que acompanha a situação ambiental daquele ecossistema. — A usina trará alterações na água, que impacta muito a vida marinha, podendo afetar peixes que fazem desova nas proximidades, e que são sustento dos pescadores, como robalo e tainha, além de suprimir o manguezal. Os botos cinza, por exemplo, que são uma espécie ameaçada de extinção, dependem de uma fauna equilibrada para sobreviverem, então também serão afetados.



Botos na Baía de Sepetiba Foto: Instituto Boto Cinza

Uma carta assinada por Flach em conjunto com o biólogo Mario Soares do Núcleo de Estudos em Manguezais da Faculdade de Oceanografia da Uerj e pela Coalizão Ciência e Sociedade, foi divulgada para denunciar o que eles chamaram de "boiada passando pelo Rio de Janeiro". Os especialistas citam que a "triste realidade da Baía de Guanabara não tem servido de exemplo" para as autoridades, e destacam a relevância ambiental e social da Baía de Sepetiba.

Corpo técnico admite "impacto significativo"

O entendimento de impacto ambiental é compartilhado não só por especialistas, mas pelo próprio corpo técnico do Inea. No dia 10 de fevereiro, um parecer do instituto juntado ao processo afirmou que "O empreendimento em tela é classificado sob o código 28.06.09 – CE032 (Operação de usina termelétrica para geração de energia

elétrica), com potencial poluidor alto e porte excepcional, enquadrado, pois, na Classe 6C – Impacto Significativo". A classe 6c é justamente a categoria mais alta da tabela de impacto ambiental do Inea.

Por outro lado, o mesmo Inea concedeu a LAI, no dia 8 de março, mesmo sem exigir estudos aprofundados. No processo de documentação, ao qual O GLOBO teve acesso, consta como únicos dados ambientais enviados pela Kapowership um documento resumido, contratado junto à consultora PH Mar, onde está expressa a presença de botos-cinza na Baía de Sepetiba, e informações sobre a preocupação com ruídos sonoros em função do empreendimento.

"Um dos compartimentos o qual se observa uma grande preocupação é o da fauna, principalmente o boto-cinza, listado pelo Ministério do Meio Ambiente como espécie ameaçada e vulnerável na Lista da Fauna Brasileira de Espécies Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA n.500 de 10/09/2019). A Baía de Sepetiba possui condições ideais para a sobrevivência da espécie, onde abriga a maior população já registrada ao longo de toda a sua distribuição, estimada em torno de 1000 indivíduos " diz o documento.

No LAI, o Inea anexou alguns condicionantes em relação ao manejo de fauna, mas que versam sobre medidas que os empreiteiros devem tomar caso haja morte de animais durante a obra, e não foi exigido um diagnóstico da situação atual. Já sobre a flora, a obra deve causar a supressão de cerca de 7 hectares de vegetação, por isso foi

calculado uma necessidade de reposição de 15 hectares de floresta e oito hectares de mangue.

Como, por enquanto, a Kapoweship só recebeu licença para as linhas de transmissão, só está autorizada a construção das torres. A operação dos navios ainda depende de outra licença. Mas, como, pelo contrato, a empresa precisa começar a fornecer energia para o governo federal a partir do dia 1º de maio, técnicos do Inea denunciam que o processo está sendo atropelado, e eles temem que o novo licenciamento também seja concedido sem a exigência de EIA-Rima.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Alerj, deputado estadual Gustavo Schmidt "ressaltou a importância do empreendimento para o Estado do Rio, e diz que a Comissão trabalha para garantir que tudo seja feito com a máxima transparência e respeito à Legislação Ambiental." Em dezembro do ano passado, ele enviou ofícios ao Inea, ao Ibama, ao MPF, à Seas e à PGJ RJ solicitando que fosse exigido o EIA-Rima, além de solicitar uma audiência pública.

Na época, o Inea respondeu que ainda não havia analisado o projeto porque o caso era de prerrogativa do Ibama. Já a autarquia federal admitiu a competência federal no licenciamento mas disse que, ainda sim, faria a delegação para o Inea, o que foi concretizado em fevereiro.

Procurada, a Aneel respondeu que "recebe, mensalmente, informações sobre todos os aspectos relacionados com a consecução da obra, dentre os quais, o estágio de licenciamento ambiental", mas respondeu que essas questões devem ser respondidas pelo Inea e pelo Ibama.

Já o Inea informou que a licença emitida ainda está condicionada à emissão "Autorização de Supressão de Vegetação", o que ainda está sendo analisado pelo órgão, e que a obra "foi declarada como de utilidade pública, para fins de intervenção na vegetação".

Procurada, a Karpowership informou que "atende aos mais rigorosos requisitos ambientais brasileiros e internacionais", e que suas operações são certificadas por entidades internacionais. Segundo a empresa, os navios são projetados "exatamente para minimizar o impacto ambiental" e que o complexo na Baía de Sepetiba "têm impacto ambiental substancialmente menor do que a construção e operação de uma termelétrica em terra - alternativa tradicional e conhecida no Brasil", e que produzirá energia suficiente para atender a 3 milhões de residências.

Em relação ao processo de licenciamento, a Karpowership informou que "está atendendo a todos os procedimentos solicitados pelas autoridades em nível nacional e local", e que "está elaborando e fornecendo todos os estudos necessários e solicitados pelo órgão ambiental".

Fonte: O GLOBO - <https://oglobo.globo.com/brasil/boiada-passa-em-projeto-de-complexo-termoeletrico-na-baia-de-sepetiba-rj-licenciado-sem-estudo-ambiental-25433440>